ISSN: 2358-8829

DISORTOGRAFIA, DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Cristiane Martins Evangelista [1]
Michael Ranner Dias Monteiro [2]
Lucio Fernandes Ferreira [3]
Cleverton José Farias de Souza [4]

INTRODUÇÃO

A escrita constitui uma prática social e um instrumento fundamental de participação na vida escolar e social. No processo de escolarização, a aprendizagem do sistema ortográfico envolve a compreensão das relações entre fala e escrita, o domínio progressivo de regularidades e irregularidades da língua e a construção de conhecimentos que não se consolidam de maneira imediata. Nesse percurso, a ocorrência de erros ortográficos é esperada, especialmente nos anos iniciais, devendo ser compreendida em relação ao nível de escolaridade e ao processo de apropriação do sistema de escrita. Estudos com escolares do 2º ao 5º ano indicam que, com o avanço da escolaridade, tende a ocorrer redução das médias de erros e maior domínio das regras ortográficas (Capellini et al., 2011).

Nesse contexto, a disortografia merece atenção por estar relacionada a dificuldades persistentes na aquisição e no uso da ortografia, não devendo ser confundida automaticamente com os erros próprios do processo de aprendizagem. No DSM-5, as dificuldades de expressão escrita são contempladas no Transtorno Específico da Aprendizagem, que pode apresentar prejuízos relacionados à expressão escrita, incluindo aspectos da ortografia (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). A literatura especializada ressalta, entretanto, a importância da análise qualitativa dos erros, considerando sua natureza e os processos linguísticos e cognitivos envolvidos (Ygual Fernández et al., 2010; Cervera-Merida e Ygual-Fernandez, 2006).

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal do Amazonas -UFAM, martins.evangelista@ufam.edu.br;
[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal do Amazonas -UFAM, ranner.hbs@gmail.com;
[3] Profº Doutor da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, lucciofer@ufam.edu.br;
[4] Professor orientador: Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFAM, cleverton@ufam.edu.br.

A discussão torna-se particularmente relevante quando se considera a diversidade linguística brasileira e, de modo específico, o contexto amazônico. A Amazônia é marcada por diferentes modos de falar, repertórios culturais, trajetórias sociais e comunidades que constituem formas diversas de relação com a língua. Pesquisas sobre a variação linguística em sala de aula na Amazônia apontam que a adoção de uma concepção restrita de norma-padrão pode favorecer a estigmatização de variedades linguísticas e produzir efeitos de exclusão no espaço escolar (GARCIA, 2012).

A Base Nacional Comum Curricular reconhece a variação linguística como fenômeno constitutivo da língua e orienta o desenvolvimento de conhecimentos sobre variedades do português brasileiro, incluindo a reflexão sobre variedades prestigiadas e estigmatizadas e o combate ao preconceito linguístico. Ao mesmo tempo, estabelece a necessidade de apropriação das regularidades e irregularidades ortográficas do português brasileiro (BRASIL, 2018). Assim, o ensino da ortografia precisa ser desenvolvido sem transformar a variedade linguística do estudante em marcador de inferioridade.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar a disortografia a partir da perspectiva da diversidade linguística e da realidade educacional amazônica, discutindo os cuidados necessários para diferenciar dificuldades ortográficas persistentes de manifestações relacionadas à variação linguística. Para isso, realizou-se pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e procedimento bibliográfico, articulando contribuições da neuropsicologia, da linguística e da educação inclusiva. A discussão busca contribuir para práticas pedagógicas mais contextualizadas, capazes de assegurar o ensino da norma ortográfica sem desvalorizar os repertórios linguísticos e culturais dos estudantes.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida mediante procedimento bibliográfico. A opção por essa abordagem decorre do objetivo de compreender e articular contribuições teóricas sobre disortografia, aprendizagem da escrita, diversidade linguística e educação no contexto amazônico, sem a realização de coleta de dados com participantes. Foram considerados documentos normativos e estudos acadêmicos relacionados à temática, com destaque para o DSM-5, a Base Nacional Comum Curricular, produções sobre a semiologia dos erros ortográficos e estudos acerca da variação linguística e da educação na Amazônia.

ISSN: 2358-8829

A análise foi orientada pela leitura e interpretação dos materiais selecionados, buscando identificar convergências entre três eixos: os aspectos linguísticos e cognitivos envolvidos na aquisição da ortografia; a necessidade de distinguir erros esperados no processo de escolarização de dificuldades persistentes; e as implicações da diversidade sociolinguística para o ensino de Língua Portuguesa. A literatura sobre a semiologia dos erros destaca que diferentes tipos de erro podem estar associados a diferentes processos envolvidos na escrita, o que reforça a necessidade de uma avaliação cuidadosa e não baseada exclusivamente na quantidade de erros (Ygual Fernández et al., 2010).

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não foram realizadas intervenções, aplicação de instrumentos ou coleta de informações pessoais de estudantes. Dessa forma, os resultados apresentados a seguir correspondem aos achados da análise da literatura consultada e não devem ser interpretados como dados de prevalência ou diagnóstico de disortografia na população escolar amazônica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A aprendizagem ortográfica envolve processos linguísticos, cognitivos e pedagógicos. No sistema de escrita do português, existem relações relativamente regulares entre fonemas e grafemas, mas também relações condicionadas pelo contexto e relações arbitrárias, nas quais a escolha da grafia não pode ser determinada somente pela pronúncia. Capellini et al. (2011) destacam que a ortografia do português brasileiro combina transparência e opacidade, exigindo do aprendiz a mobilização de conhecimentos fonológicos, ortográficos, lexicais e morfológicos.

A análise dos erros constitui, portanto, importante recurso para compreender o desenvolvimento da escrita. Capellini et al. (2011) identificam erros relacionados à ortografia natural, como dificuldades de correspondência fonema-grafema, omissões, adições, alterações na ordem dos segmentos e segmentações inadequadas, e erros relacionados à ortografia arbitrária, associados às correspondências dependentes ou independentes de regras, à acentuação e a outros aspectos. Essa diferenciação permite compreender que o erro não possui uma única origem nem pode ser interpretado isoladamente.

A disortografia, nesse sentido, não deve ser definida pela simples presença de erros ortográficos. A literatura aponta a importância da persistência e da natureza dos erros,

bem como da análise dos processos subjacentes. A revisão de Ygual Fernández et al. (2010) enfatiza que a classificação dos erros segundo sua semiologia pode auxiliar tanto a avaliação quanto a intervenção, possibilitando compreender os fatores linguísticos e cognitivos envolvidos e orientar o trabalho pedagógico.

No âmbito da educação linguística, Bortoni-Ricardo defende uma perspectiva que reconheça a variação linguística e combata formas de exclusão produzidas pelo preconceito linguístico. A escola possui o papel de ampliar o repertório dos estudantes e possibilitar o acesso às variedades de maior circulação em contextos formais, sem desqualificar as variedades de origem. Essa perspectiva é especialmente pertinente quando se analisa a escrita escolar, pois é necessário distinguir uma dificuldade efetiva de apropriação da ortografia de marcas linguísticas relacionadas à variedade utilizada pelo estudante.

Freire (1998) também contribui para essa reflexão ao destacar a importância do reconhecimento e da consideração da identidade cultural no processo educativo. A valorização dos saberes e das experiências dos educandos não significa abandonar os conhecimentos sistematizados que a escola deve ensinar, mas construir condições para que esses conhecimentos sejam apropriados de maneira significativa e respeitosa. No contexto amazônico, essa compreensão ganha relevância diante da diversidade cultural e linguística presente na região.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica permitiu organizar os achados em três categorias principais: a) distinção entre erros de aprendizagem e dificuldades persistentes; b) relação entre variação linguística e ensino da ortografia; e c) necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas.

Na primeira categoria, os estudos analisados evidenciam que a ocorrência de erros ortográficos faz parte do processo de aquisição da escrita e tende a diminuir com o avanço da escolaridade. O estudo de Capellini et al. (2011), realizado com 120 escolares do 2º ao 5º ano de uma escola pública, encontrou melhor desempenho nos anos subsequentes e redução das médias de erros na maior parte das provas de avaliação ortográfica. Os autores ressaltam que a análise da escrita deve considerar diferentes tipos de erros e que somente a observação sistemática de sua permanência e de suas características pode

contribuir para diferenciar dificuldades próprias da apropriação do sistema de escrita de alterações persistentes.

Esse achado é relevante para a compreensão da disortografia porque impede que qualquer erro seja interpretado como indício de transtorno. Uma avaliação responsável precisa considerar a escolaridade, a trajetória de aprendizagem, a frequência e a natureza dos erros, além das condições de ensino. Cervera-Mérida e Ygual-Fernández (2006) destacam que a análise dos erros pode revelar diferentes processos envolvidos na capacidade de escrever corretamente, incluindo aspectos perceptivo-linguísticos, metalinguísticos, de memória operativa e de memória de longo prazo.

Na segunda categoria, a literatura sobre variação linguística evidencia que a língua portuguesa apresenta diversidade de usos e que essa diversidade não deve ser confundida com deficiência linguística. A BNCC estabelece que o estudante deve conhecer diferentes variedades linguísticas do português brasileiro, refletir sobre variedades prestigiadas e estigmatizadas e combater o preconceito linguístico. O mesmo documento estabelece o desenvolvimento progressivo dos conhecimentos relativos às convenções da escrita e às regularidades e irregularidades ortográficas (BRASIL, 2018).

Essa articulação é particularmente importante na Amazônia. Garcia (2012), ao discutir as variações linguísticas em sala de aula e as especificidades amazônicas, chama atenção para o risco de uma pedagogia que tome a norma-padrão como único modo legítimo de uso da língua. Em um contexto de diversidade sociolinguística, o ensino da ortografia deve reconhecer que fala e escrita possuem características próprias e que diferentes variedades linguísticas fazem parte da experiência dos estudantes.

Assim, uma produção escrita que apresente marcas relacionadas à variedade linguística do estudante não deve ser automaticamente classificada como manifestação de disortografia. A disortografia está relacionada a dificuldades na aprendizagem e no domínio do sistema ortográfico, enquanto a variação linguística corresponde à diversidade sistemática dos usos da língua. A confusão entre esses fenômenos pode produzir estigmatização e dificultar uma avaliação adequada.

Na terceira categoria, os estudos apontam para a necessidade de práticas pedagógicas que articulem ensino explícito da ortografia, análise dos erros e respeito à diversidade linguística. A escola precisa ensinar as convenções ortográficas socialmente requeridas, mas esse ensino pode partir das produções reais dos estudantes, permitindo identificar quais conhecimentos já foram construídos e quais ainda precisam ser

desenvolvidos. Essa perspectiva aproxima a avaliação da função formativa, evitando que o erro seja tratado apenas como falha ou motivo de punição.

No contexto amazônico, essa postura também implica considerar os saberes locais, as experiências comunitárias e os diferentes repertórios culturais que chegam à escola. A educação linguística contextualizada não significa relativizar a norma ortográfica, mas compreender que o estudante aprende a escrever a partir de uma história linguística e cultural. Nessa direção, a contribuição freireana sobre o reconhecimento da identidade cultural reforça a importância de práticas pedagógicas que respeitem os sujeitos e seus contextos (FREIRE, 1998).

Os achados bibliográficos, portanto, sustentam a necessidade de uma abordagem integrada. A compreensão da disortografia não deve ficar restrita a uma perspectiva exclusivamente clínica ou exclusivamente pedagógica. É necessário considerar aspectos linguísticos, cognitivos, educacionais e socioculturais. Essa integração pode favorecer intervenções mais adequadas e reduzir o risco de atribuir ao estudante uma dificuldade que, na realidade, decorre de diferenças de variedade linguística, de oportunidades de aprendizagem ou de processos ainda em consolidação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a compreensão da disortografia no contexto educacional amazônico exige uma perspectiva ampla, capaz de articular conhecimentos sobre aprendizagem da escrita, processos linguísticos e cognitivos, diversidade sociolinguística e práticas pedagógicas inclusivas. Os estudos analisados mostram que erros ortográficos são parte do processo de apropriação do sistema de escrita e que sua ocorrência precisa ser interpretada de acordo com a escolaridade, a natureza e a persistência das dificuldades.

Também se verificou que a diversidade linguística constitui elemento central para uma análise responsável da escrita escolar. No contexto amazônico, caracterizado por ampla diversidade cultural e linguística, é necessário evitar que formas de falar e repertórios linguísticos dos estudantes sejam tratados como sinais de deficiência. Ao mesmo tempo, a valorização da diversidade não elimina a responsabilidade da escola de ensinar as convenções da escrita e ampliar o repertório linguístico dos estudantes.

Conclui-se, portanto, que a abordagem da disortografia deve integrar aspectos neuropsicológicos, linguísticos, pedagógicos e socioculturais. A construção de práticas contextualizadas pode contribuir para identificar dificuldades persistentes de maneira mais cuidadosa, reduzir processos de estigmatização e promover uma educação pública comprometida com inclusão e equidade. Recomenda-se a realização de novas pesquisas empíricas que investiguem a ocorrência de dificuldades ortográficas em diferentes populações escolares amazônicas, considerando ano escolar, sexo, variedades linguísticas, condições de ensino e características socioculturais dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Amazônica; Diversidade Linguística; Disortografia; Educação Inclusiva; Ensino de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

CAPELLINI, Simone Aparecida et al. **Desempenho ortográfico de escolares do 2º ao 5º ano do ensino público.** Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 227-236, 2011. DOI: 10.1590/S2179-64912011000300008.

CERVERA-MÉRIDA, José Francisco; YGUAL-FERNÁNDEZ, Amparo. **A proposal for intervention in dysorthographic disorders by attending to the semiology of the mistakes**. Revista de Neurología, v. 42, supl. 2, p. S117-S126, 2006.

FREIRE, Paulo. **Ensinar exige o reconhecimento e assunção da identidade cultural.** [S. l.]: Instituto Paulo Freire, 1998.

GARCIA, Avany Aparecida. **As variações linguísticas em sala de aula: especificidades da Amazônia.** Entrepalavras, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 245-269, 2012. DOI: 10.22168/2237-6321.2.2.1.245-269.

YGUAL FERNÁNDEZ, Amparo et al. **Avaliação e intervenção da disortografia baseada na semiologia dos erros: revisão da literatura**. Revista CEFAC, São Paulo, 2010.